

RIO DE JANEIRO

ENTREVISTA

Marcelo Nery, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV

Para combater a pobreza

LUCIANNE CARNEIRO E MÁRCIO BECK

O quadro de miséria nas favelas do Rio e outras áreas do Estado é estarrecedor, porém bem mais fácil de ser enfrentado do que nos grotões do País. A avaliação é do diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do estudo Mapa do Fim da Fome II, Marcelo Nery. Elaborado pela FGV em parceria com a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida e o Banco Rio de Alimentos do Sesc-Rio, o Mapa expõe em detalhes os contrastes entre ricos e pobres no Estado do Rio, onde vivem 2,782 milhões de miseráveis. De acordo com a pesquisa, em média, os favelados trabalham cerca de cinco horas a mais, mas ganham menos, em termos absolutos e proporcionais, que a população do asfalto – o que, lembra Nery, acarreta grande frustração, que deve ser ainda maior em casos como o da Rocinha, onde as pessoas têm renda média de R\$ 433, e, atravessando a rua, entram numa área em que a renda é de R\$ 2.700. Nery entende que a questão é menos de orçamento e mais de coordenação para que políticas comuns possam beneficiar áreas pobres na cidade e municípios vizinhos na Região Metropolitana. Como exemplifica, o Rio tem com Japeri, o segundo município mais pobre do Estado, estreita relação, porque a pessoa que vem trabalhar no Rio mora lá.

JORNAL DO COMMERIO – A situação tem piorado?

MARCELO NERY – Há uma falta de focalização da política social brasileira. Não vejo mudanças, tipo “há dez anos era muito pior, está havendo uma melhora”... Está havendo uma deterioração crescente dessa situação.

A pesquisa mostra que, em média, os favelados trabalham cerca de cinco horas a mais, mas ganham menos, em termos absolutos e proporcionais, que a população do asfalto. Como se lida com essa desigualdade?

– Isso acarreta uma grande frustração, que deve ser ainda maior, em casos como o da Rocinha. As pessoas lá têm renda média de R\$ 433. Na cara deles, atravessando uma rua, entram numa área em que a renda média é R\$ 2.700. Eles sabem quão pobres são, porque têm o contraste bem à frente.

Existe uma série de vieses contra as pessoas que vivem nas favelas, mas o que chamou mais a atenção na pesquisa em relação a esse grupo é que, apesar de todas as dificuldades trabalhistas, a renda do trabalho é muito mais importante em termos relativos para eles do que para os habitantes dos bairros de alta renda, que recebem mais transferências do Estado.

O senhor destacou que as soluções para o fim da fome não podem ser as mesmas para os grotões de miséria e para as grandes metrópoles. Quais as diferenças?

– As necessidades das pessoas, dos jovens, de consumo, que acontecem nessa sociedade globalizada, os anseios, são muito mais complexos do que em outras áreas. Ter uma grande quantidade de gente morando junto assim não é simples, e envolve outro ponto importante, os problemas de coordenação. O prefeito de um município pobre do Nordeste, como Manari ou Garanhuns, não tem tanta

pios vizinhos, pode tratar aquilo de forma isolada.

O município do Rio com o município de Japeri, segundo mais pobre do Estado, tem uma alta relação. A pessoa que vem trabalhar no Rio mora lá, na periferia. Os problemas de transporte são comuns. Não adianta ter um excelente secretário de Transportes no Rio se não estiver coordenado com o do município vizinho. A mesma coisa se dá em termos de meio ambiente, de segurança. E o arcabouço institucional das grandes áreas brasileiras não está preparado para fazer essa coordenação. Não tem mecanismos para orquestrar esses problemas.

Diante dessa ausência do Estado, o espaço vai sendo ocupado, aos poucos, pela marginalidade. As ações, como a ocupação social do Complexo do Alemão, prometida pelo Governo estadual após a morte do Tim Lopes, costumam não sair do papel. Que ações efetivas podem ser tomadas para resolver isso?

– A primeira ação é ter um plano integrado entre os di-

versos setores e atores sociais, a começar pelos três níveis de governo. Uma parte da orquestração passa pelo poder público e outra pela sociedade civil. Uma riqueza importante das grandes metrópoles é a existência de um tecido social mais bem desenvolvido. As pessoas têm mais potencial para ajudar umas às outras. Então, o primeiro passo é essa coordenação, para um setor não pisar no pé do outro.

O primeiro setor desafiador é sempre a educação, mas olhando desde a pré-escola. Também tem o treinamento profissional, a inclusão digital, que dá o instrumental para as pessoas enfrentarem a modernidade. Outra área seria o direito de propriedade. Melhorar a legislação, a operacionalização da lei através do Judiciário para gerar o ganho de capital dos pobres, que está desvalorizado pela informalidade. Com isso, permite entrar em um terceiro ponto que são as políticas de concessão de crédito. Você precisa de um arcabouço legal para que o crédito produtivo popular possa prosperar.

Educação, direito de propriedade, crédito... quais seriam outros setores?

– Acho que infra-estrutura pública. Podemos ter mutirões para fornecer infra-estrutura nas grandes favelas. Tem-se que ter cuidado para não dar um tiro no pé e prejudicar o trabalhador, não fazer um dumping no mercado de trabalho. Além dessas três iniciativas, a transferência de renda inteligente...

E quais são as opções de transferência de renda inteligente?

– Tem uma nova mentalidade de programa social que tem a contrapartida do cidadão, como o bolsa-escola. Em vez do primeiro emprego, para atender o jovem, que é a cara do problema social brasileiro, eu pensaria numa segunda bolsa-escola. Em vez de sinalizar para o jovem “venha para o mercado de trabalho”, na recessão atual, acho que deveria fazer o contrário. Em vez de subsidiar o capital para uma firma contratar o trabalho, dar a mesma renda para o jovem para estudar em tempo inte-

gral. Aí, ele não vai “roubar” o emprego do pai dele, e voltará para o mercado em condições muito melhores.

Na comparação entre pessoas com as mesmas condições, na pesquisa, quem mora na favela tem renda muito menor. É a comprovação do estigma contra o favelado?

– Quando comparamos pessoas que tem o mesmo sexo, idade, raça, educação e uma mora na favela e outra não, a gente nota que o pessoal do asfalto tem uma renda 90% maior, já incluindo os programas sociais. Se comparar os desiguais, esse diferencial sobe para 180%. Então, existe um viés contra o favelado. O que está por trás disso é uma questão que exige mais pesquisa. O estudo tem evidência de um viés contra o favelado, agora a origem desse viés...

Preconceito mesmo?

– Pode ser, a gente tem evidência de que as pessoas escondem seu local de moradia na hora de se candidatar a trabalho. Dizem que moram em outro lugar, por-

que têm medo de ser vista como menos cidadãos ou ligadas, talvez, a uma atividade criminosa. Não sei qual é a razão do estigma, mas ele existe e, conversando com os moradores dessas comunidades, é a primeira coisa que eles falam.

Como está distribuída a pobreza no Rio de Janeiro?

– A pobreza no Estado está muito concentrada na Região Metropolitana. O município mais pobre é São Francisco de Itabapoana. O distrito de Engenheiro Pedreira, em Japeri, no meio do Grande Rio, é o lugar onde a pobreza é mais profunda. Na Baixada, dá pra ver em termos de profundidade de pobreza, vários municípios, como Belford Roxo, Duque de Caxias...

Essa concentração torna mais difícil o combate?

– Acho que deveria tornar mais fácil, porque está todo mundo junto. Qual o custo de prover um serviço para quem mora em uma área remota? Se você mora na região metropolitana, tem problema de coordenação, mas a proximidade pode ser uma ferramenta. Estamos em uma área em que é barato você chegar a uma pessoa. Então, essa dificuldade é uma distorção.

Na década de 90, houve uma grande metropolização da pobreza brasileira. As crises foram nas grandes cidades, as políticas sociais foram para os grotões, onde a pobreza era mais alta. A sociedade está impotente, esbarrecida, diante de uma situação de deterioração das grandes cidades. E não está fazendo nada para reverter isso. É complexo, mas acredito que existem recursos, são municípios ricos. A sociedade está sendo afetada por essa desigualdade, então ela tem incentivos para tomar ações, se organizar... São problemas muito mais fáceis de resolver, pela presença de recursos, que em localidades remotas.

Não é um contra-senso, considerando a dificuldade de coordenação?

– A dificuldade é mais institucional e não orçamentária. O Rio é o mais metropolitano dos Estados brasileiros, com três quartos da sua população na grande cidade, então prover serviços, transferências de renda deveria ser mais fácil. Tem problemas de coordenação, mas existem recursos.



“Podemos ter mutirões para fornecer infra-estrutura nas grandes favelas”.



TREINAMENTO NO LAJEDO: AGORA VOCÊ COMBINA NATUREZA E NEGÓCIOS SEM SAIR DO RIO.

A apenas 15 minutos da Barra, você encontra a mais charmosa infra-estrutura do Rio para sediar encontros empresariais: o **Lajedo**.

Um “habitat” perfeito para quem deseja promover treinamentos tradicionais ou conjugá-los a atividades ao ar livre, inclusive de esporte e lazer.

Aqui, você une modernidade a um cenário de puro verde, premiando os colaboradores com um ambiente produtivo e relaxante. E, o melhor, sem afastar-se da cidade, evitando gastos com deslocamentos e hospedagem.

Faça seu próximo treinamento no **Lajedo**. Você vai ver que conforto e negócios combinam perfeitamente com natureza.

LAJEDO
VARGEM PEQUENA - RIO DE JANEIRO - RJ
www.lajedo.com.br
Tels: 2442-2724 e 3416-1060